

INTERAÇÃO ENTRE OS SISTEMAS DE ENSINO DE 2º E 3º GRAUS*

José Ferreira Ramos**

Toda a política de ensino superior da atual administração do Ministério da Educação e Cultura está caracterizada, de uma ou de outra forma, por um constante e forte apelo à adequação social do desempenho universitário.

Categorias como realidade brasileira, comunidade, região, estão presentes e destacadas como pontos de referência dos mais importantes pronunciamentos ministeriais e das Diretrizes de Planejamento do MEC.

A melhoria do ensino continua sendo a prioridade reclamada, no âmbito da educação superior, mas esse objetivo maior passa a ser traduzido numa linguagem que busca e assume conotações mais consistentes. A rigor, ela é definida operacionalmente como a melhoria da qualidade do trabalho universitário globalmente considerado. Em outras palavras, como a procura de coerência interna e externa da atividade de ensino, de pesquisa e de administração do sistema universitário.

Parece pertinente, pois, excogitar o alcance mais profundo do ajustamento do sistema de ensino superior às linhas básicas da política nacional de educação.

A primeira adequação a considerar consiste numa postura de autocontrole da universidade, cuja eficiência administrativa, no contexto de dificuldades e problemas que a educação atravessa no país, deixa de estar necessariamente referenciada ao arrojo de iniciativas que importem na expansão física e acadêmica e passa a ser mensurada pela capacidade de empreender a consolidação e o aperfeiçoamento dos programas existentes e das estruturas montadas, ou seja, pela ênfase à dimensão qualitativa do seu desempenho.

Uma segunda adequação diz respeito ao envolvimento da universidade no esforço de aperfeiçoamento das bases do sistema educacional, nas quais se concentra a preocupação prioritária do

* Documento apresentado no V Seminário sobre acesso ao Ensino Superior de Universidades do Norte e Nordeste, em Salvador-BA, no dia 26.04.82.

** Secretário Adjunto de Ensino Superior (SESU), MEC.

MEC, e à consciência do seu papel de liderança no processo de reforma da educação, considerada como um todo.

A inserção da universidade na problemática de seu meio, sem prejuízo de sua vocação universalista, é outro tipo de adequação a ser levado na devida conta.

Neste ponto, caberiam algumas considerações, à guisa de subsídio para a auto-reflexão da universidade sobre todo esse esforço de coerência interna e externa que dela se espera.

Antes de tudo, a nova postura implica uma opção de comprometimento, bem diverso do ideal humboldtiano de universidade, polarizado pelo princípio de "liberdade e solidão", que postulava uma atitude predominantemente especulativa da instituição. Sem perda de sua identidade, reclama-se agora da universidade, mais do que nunca, o empenho de dar resposta aos desafios da realidade nacional, da região, da comunidade, da conjuntura. É o envolvimento da universidade com sua "circunstância", para usar a conhecida expressão de ORTEGA Y GASSET.

A educação básica, num país como o Brasil e numa região com as características do Nordeste, é uma das mais desafiantes "circunstâncias" da instituição universitária.

O Ministro RUBEM LUDWIG justificou, certa vez, a necessidade de consolidar e fortalecer a universidade, afirmando que "seria utópico empreender o soergimento da educação básica sem o seu apoio ou com sua indiferença".

O apoio da universidade ao aperfeiçoamento da educação básica não pode, por outro lado, ser limitado e restrito à mera formação de professores e especialistas não-docentes, rotineiramente executada pela Faculdade de Educação, por melhor que seja o padrão de qualidade dos cursos destinados a esse objetivo.

O que se espera da universidade é que ela se envolva com a pré-escola, com os 1º e 2º graus (regulares e supletivos), não apenas pela função-ensino, mas institucionalmente, através de uma ação conjugada de todo o seu complexo didático-científico, ou seja, através de sua atividade de ensino, de pesquisa e de prestação de serviços de apoio técnico aos demais segmentos da educação.

É essa uma forma de condicionamento da atuação da universidade que pode e deve ser extrapolada para qualquer outro tipo de projeção externa de sua atividade didático-científica.

A adequação do trabalho universitário em termos de comunidade e região, qualquer que seja o flanco de interesse selecionado ou definido, não pode perder de vista o fato de que é como universidade, lugar onde se cultiva o princípio da "universalidade de campo", que a instituição se dispõe a interagir com o seu meio ou sua "circunstância".

Importa, pois, prevenir-se a universidade de eventuais abordagens compartimentadas e unidimensionais do problema.

O trabalho universitário é, por definição, pluridimensional e interdisciplinar. Sua autenticidade e consistência residem exatamente nessa conotação, que lhe é própria e inconfundível.

É com "visão poliédrica" da realidade, na expressão de GURVITCH, que a universidade terá de procurar, de compor e de oferecer sua resposta à problemática da comunidade e da região em que está inserida.

São colocações ou pressupostos conceituais que aqui se levantam, à guisa de contribuição ao reestudo que as instituições certamente estão empreendendo, internamente, do seu próprio estilo de atuação gerencial e didático-científica.

Em grande parte, podem estas considerações servir de aportes à redefinição da idéia de eficiência externa da universidade, exposta freqüentemente aos ruídos da controvérsia que se costuma estabelecer em torno do conceito de extensão, como terceira dimensão universitária, ao lado do ensino e da pesquisa.

Diria, desde logo, e sem hesitar, que a interação com a escola de 1º e 2º graus é a primeira e mais natural extensão da universidade para fora de seus muros, e de cuja importância ela ainda não se apercebeu plenamente.

Extensão, e de primeira linha, é também a interação indispensável com as instituições isoladas de ensino superior da área de influência da universidade.

São papéis que a universidade não pode deixar de assumir, sob pena de perder, de um lado, a coordenação do esforço de escolarização superior em seu espaço social de referência, e, de outro, a própria liderança do sistema educacional, globalmente considerado.

O entrosamento da universidade com os demais subsistemas escolares, antes de ser um problema de fórmulas e esquemas de conjugação de linhas de trabalho de interesse recíproco, é uma questão de índole comportamental, que demanda uma determinada visão administrativa e uma nova postura da comunidade acadêmica em torno do estilo de trabalho da própria universidade.

Começando pelo mais óbvio de todos os condicionamentos, a universidade precisa, para se integrar com segmentos externos do sistema educacional, melhorar seus próprios níveis de integração interna, superando alguns dualismos e inadequações residuais que a reforma universitária não conseguiu corrigir.

A organização do trabalho docente sob forma departamental é um dos primeiros postulados do princípio da integração acadêmica horizontal, que orientou o ideário da reforma universitária. Sabe-se, todavia, que, em algumas universidades, o departamento não passa de um colegiado que se reúne quando convocado, a exemplo da antiga congregação de professores, para tomar decisões casuísticas em matéria didática e administrativa. Ocorre que, na setorização acadêmica dos encargos universitários, tem o departamento responsabilidade definida sobre um determinado campo de ensino e pesquisa, tornando-se, dessa forma, um órgão de prestação de serviços a diferentes cursos de graduação e pós-graduação. A produção de conhecimentos a serem ministrados a diferentes clientelas dentro da universidade está a exigir que o departamento supere o atual modelo de órgão de administração de pessoal docente, e passe a funcionar como mecanismo integrador das especialidades afins, nele reunidas, discutindo e questionando internamente o processamento didático dos conteúdos científicos de sua área.

Os cursos de graduação e pós-graduação da universidade são os consumidores de serviços do sistema departamental. A produção didática dos departamentos terá de ser, portanto, compatível com o interesse específico da clientela que a consome.

No modelo prescrito pela reforma universitária, cabe aos colegiados de cursos promover esse tipo de compatibilização. E todos sabem que as coordenações didáticas colegiadas se têm dedicado, de modo geral, a decidir casuisticamente sobre escolaridade e não estão cumprindo satisfatoriamente o papel de integração da atividade dos departamentos que co-participam da ministração dos respectivos cursos.

Disso resulta que muitas disciplinas são oferecidas com enfoques totalmente inadequados à necessidade, ao interesse e à linha de formação dos cursos que as demandam. O problema se agrava quando estão em causa as chamadas disciplinas básicas. O modelo estrutural da reforma transformou a área de ensino básico da universidade em compartimento estanque, dificultando enormemente sua articulação com os demais setores acadêmicos, seja em trabalhos interdisciplinares, seja no ajustamento de enfoques dos seus conteúdos de ensino às conveniências do aprendizado ulterior de disciplinas especializadas. No caso das licenciaturas, ainda está por fazer a integração das chamadas disciplinas de conteúdo com as de formação pedagógica.

Como se vê, são muito precários os níveis de integração acadêmica interdisciplinar e interdepartamental no âmbito da universidade. Coisa semelhante está ocorrendo, com acentuada frequência, no plano intersetorial. Não há uma rotina de articulação de uma área de conhecimentos com outra, ou entre diferentes unidades universitárias. Por outro lado, cada vez mais se evidencia a importância desse tipo de entrosamento. A área de ciências da saúde, por exemplo, sente necessidade de interagir com a de ciências humanas para conceber e executar programas integrados de ensino, de pesquisa e de extensão, ou vice-versa. Nada há, evidentemente, que impeça a articulação, mas a verdade é que a tradição de isolacionismo entre setores ou unidades acadêmicas leva a encarar pleito dessa natureza como caso especial, não raro suscetível de exame pelos diferentes colegiados com que a reforma burocratizou o processo decisório na universidade.

Não tenho qualquer intuito de generalização, ao reportar aqui exemplos típicos da deficiente integração que ainda persiste no funcionamento de algumas instituições universitárias.

Pretendo apenas assinalar que a universidade precisa corrigir disfunções dos seus mecanismos de integração interna, como forma de autocondicionamento mental e comportamental para se integrar eficazmente com os subsistemas de ensino de 1^o e 2^o graus.

Um segundo condicionamento consiste em ser dado maior apreço à atividade de graduação. É nela, com efeito, que se reprocessa o produto da escola de 2^o grau, na perspectiva de uma forma-

ção especializada que o habilitará a integrar-se na força de trabalho técnico da região e do país.

Desde algum tempo se tem convencido a mensurar a excelência de uma instituição universitária por seus padrões de produção científica e de estudos pós-graduados. Esse parâmetro é aceitável em termos, ou até certo ponto. Mais precisamente, até o ponto em que:

a) se possa assegurar a funcionalidade didática da pesquisa e da pós-graduação;

b) se preserve a universidade da alienação dentro de seus próprios muros, traduzida em certo pernosticismo acadêmico, que relega a segundo plano o ensino de graduação.

A rigor, a excelência da universidade resulta da qualidade de todos os insumos do processo didático-científico e não apenas da pós-graduação e da pesquisa. Dentre eles, cumpre destacar:

a) a competência docente mensurada não só pela titulação acadêmica formal, mas sobretudo pela eficácia da preparação científica na melhoria do processo didático;

b) o perfil do aluno, sob os aspectos de seu desempenho escolar, da escolarização anterior e da orientação pedagógica;

c) a metodologia;

d) o apoio bibliográfico e documental ao trabalho do professor e do aluno;

e) a infra-estrutura de meios e serviços;

f) as condições de experimentação e demonstração do ensino teórico;

g) o processo de ensino-aprendizagem, em si mesmo considerado.

Para se terem no devido apreço esses elementos, que são, de resto, os ingredientes naturais da graduação, é preciso que a universidade se disponha a desmitificar a atividade de pós-graduação, incorporando-a ao esforço acadêmico global da instituição e fazendo-a contribuir efetivamente para a renovação do conteúdo e da metodologia do saber acadêmico transmitido em sala de aula.

A pesquisa universitária, por sua vez, terá de ser voltada para o ensino, além de atuar, tanto quanto a pós-graduação, como instrumento de fertilização didática. E o ensino, o próprio ensino da universidade e o de 1º e 2º graus não podem deixar de constituir temas de pesquisa, numa instituição à procura de requalificação do seu desempenho.

Trata-se, como se vê, de uma verdadeira reciclagem no estilo de trabalho da universidade. Com efeito, não é de esperar que ela se abra para uma interação dinâmica e eficaz com o ensino de 1º e 2º graus se, dentro de seus próprios muros,

— é ainda precária a integração intra e interdepartamental;

— as áreas acadêmicas pouco se comunicam;

— não é usual o desenvolvimento de programas interdisciplinares;

— é muitas vezes nítida a separação entre ensino básico e ensino de formação profissional;

— a graduação é, aqui e ali, considerada atividade pedestre, ao ponto de alguns professores pós-graduados não quererem “sujar as mãos” com ela;

— a pós-graduação floresce como um mundo à parte e não se preocupa com a sorte da graduação;

— a pesquisa, que a lei concebe como indissociável do ensino, é utilizada por alguns até mesmo como alegação para fugir da sala de aula.

São inadequações que precisam ser corrigidas, no esforço de conscientização da comunidade acadêmica para o novo empreendimento a que é convocada a universidade: a integração com as bases do sistema educacional.

Há outros condicionamentos que vale a pena destacar.

A universidade terá de levar em maior conta as condições de experimentação e demonstração do ensino teórico. Refiro-me ao aparelhamento de laboratórios e oficinas didáticas e à dosagem indispensável de teoria e prática, face ao acentuado crescimento do ensino de giz e quadro negro em muitas universidades. Refiro-me igualmente à valorização do estágio supervisionado, como etapa de pré-exercitação de habilidades a serem desenvolvidas na futura profissão do aluno. E há notícia de que ocorre muito “faz-de-conta” em matéria de estágio curricular, inclusive na prática docente, da maior essencialidade nos cursos de formação de professores para o ensino de 1º e 2º graus.

A propósito, importa destacar especialmente o problema das licenciaturas. Trata-se de questão complexa e controversa, mas aqui pretendo tão-somente comentá-la sob os aspectos relacionados com o seu desprestígio no conjunto da programação acadêmica da universidade.

Para começar, é comum confundir a licenciatura com o seu menor segmento curricular: aquela complementação de disciplinas pedagógicas oferecida pela Faculdade ou Centro de Educação. É que a maior parte do seu currículo é ministrada por diferentes departamentos da área básica, com a mesma configuração, o mesmo conteúdo e o mesmo enfoque atribuídos aos cursos homônimos de bacharelado. Somente na oitava e última parte da integralização curricular, o aluno de licenciatura começa a adentrar o terreno específico da preparação para a docência na escola de 1º e 2º graus.

De modo geral, têm sido as licenciaturas os cursos de maior evasão de alunos, através de reopção de carreira, dentro da universidade. São múltiplas as causas do fenômeno. Externamente, são apontadas, entre outras, a pouca atração salarial e o diminuto "status" funcional das profissões pedagógicas, não obstante a expansão da rede de ensino. No âmbito interno da universidade, além das distorções já indicadas, algumas outras contribuem para a evidente queda de prestígio dos cursos de formação de professores no leque de oferta de graduações. O próprio sistema pluriopcional e classificatório do concurso vestibular tem ocasionado a indicação da licenciatura em terceira ou quarta opção, apenas como alternativa remota de ingresso na universidade para posterior reopção.

E, se é verdade que, em algumas universidades, a manutenção de alguns cursos de licenciatura é a única expressão concreta de atuação sobre o destino da escola de 1º e 2º graus, mais evidente se afigurará a distância em que nos encontramos do objetivo maior de aperfeiçoar e consolidar as estruturas básicas da educação, mediante o envolvimento efetivo do sistema universitário.

Parece claro que se impõe uma espécie de ação de resgate das licenciaturas, não como empreendimento isolado, mas como uma nova postura institucional. Quase diria uma nova política acadêmica, que se distinga da orientação convencional pelo apreço que passe a atribuir ao papel e à função da área pedagógica da universidade.

A formação de pessoal para o exercício de profissões pedagógicas nos sistemas estaduais de ensino é apenas uma das funções das Faculdades ou Centros de Educação. Nesse particular, o que lhes falta é assumir a coordenação e o controle de todos os cursos de licenciatura, em sua integralidade, e não apenas no que tange às disciplinas de formação pedagógica. Essa seria, em termos estruturais, a primeira condição de se viabilizar a revitalização dos cursos de formação de professores, mesmo que se torne necessário rever os atuais formatos de coordenações de cursos das universidades.

A segunda condição é de natureza contextual e diz respeito à revalorização dos aspectos pedagógicos do desempenho universitário.

O problema da avaliação do trabalho docente terá de ser enfrentado de alguma forma, envolvendo inclusive a reciclagem didática do professor.

A avaliação do rendimento escolar do aluno carece de consistência, se não estiver associada a considerações de ordem pedagógica que postulem a adoção de regimes didáticos especiais para o aluno repetente, o entendimento da recuperação escolar como processo e a visão da monitoria acadêmica como elemento de apoio, não apenas ao trabalho do professor, mas também ao esforço de aprendizagem do aluno.

A discussão sobre métodos didáticos alternativos está faltando na agenda dos departamentos e colegiados de cursos.

A tutoria acadêmica ou o aconselhamento escolar em caráter continuado não podem deixar de figurar entre as preocupações dos responsáveis pela administração acadêmica.

Não se trata de pedagogismo, até porque todos esses cometimentos terão de ser da iniciativa e responsabilidade de cada um dos setores acadêmicos. A Faculdade ou Centro de Educação desempenha, nesse ponto, mera função consultiva, como unidade de apoio ao aperfeiçoamento da pedagogia universitária.

O apelo à integração da universidade com o ensino de 1º e 2º graus é um desafio à projeção externa de uma coerência que ela precisa cultivar internamente.

Daí a insistência desta reflexão em torno de certos condicionamentos do estilo de trabalho da universidade.

Quando se fala em eficiência externa da instituição universitária, costuma-se mencionar a extensão, sob a forma de cursos, serviços ou eventos de interesse da comunidade, ou ainda a adequação regional dos currículos e das linhas temáticas da pesquisa.

Numa outra visão, -- a da educação permanente --, a eficiência externa da universidade assume o caráter de inserção crítica, fertilizante e inovadora, no âmbito do esforço educativo da comunidade, dentro e fora da escola de diferentes níveis.

A realização de cursos especiais, a prestação de serviços, a adequação conjuntural do ensino e da pesquisa passam a constituir aspectos adjetivos da coerência institucional da universidade, como condutora do processo de mudança educacional.

Se tivesse de resumir em dois pontos as precondições de viabilidade da integração com o ensino de 1º e 2º graus, diria que a universidade precisa melhorar seus níveis de integração acadêmica interna e aumentar sua sensibilidade pedagógica, na perspectiva da educação continuada.